

**Mensagem do Presidente:** Em 2016, as fontes renováveis continuaram ganhando força no Brasil e no mundo. Apesar das dificuldades e instabilidade na economia brasileira, a capacidade instalada de energia eólica no Brasil chegou a marca expressiva de 10 GW, sendo 1,3 GW oriundos da CPFL Renováveis. Nesse ano continuamos nossa estratégia de diversificação e atuação em várias regiões do país. Investimos R\$ 930 milhões em projetos de crescimento, mantendo o nosso histórico de entrega de projetos no prazo e dentro do orçamento. Alargamos em dezembro de 2016 o marco de 2 GW de capacidade instalada no tornando a maior empresa de energia renovável da América Latina. Em 2016, a Companhia apresentou geração de energia 14,9% superior a 2015. A receita líquida evoluiu 9,8% no ano e a Ebitda atingiu o patamar de R\$ 1,0 bilhão no período, estável em relação ao ano anterior. A CPFL Renováveis conta com capacidade e conhecimento para viabilizar projetos competitivos em um setor com grande perspectiva de crescimento e vital para o desenvolvimento do país.

**Gustavo Sousa**  
Diretor-Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Interino

A Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhado do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Visão Gerat:** A CPFL Energias Renováveis S.A. foi criada em 24 de agosto de 2011, como resultado da associação entre a CPFL Energia, através das controladas CPFL Gerar e CPFL Brasil, e a ERS - Energias Renováveis S.A. A implementação desta associação resultou na criação da maior empresa de energias renováveis do Brasil, com presença marcante nas quatro principais tecnologias de energia renovável desenvolvidas atualmente no país - Parques Eólicos, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Usinas Termelétricas Movidas à Biomassa e Usina Solar. Os empreendimentos da Companhia estão presentes em oito Estados brasileiros com forte contribuição para o desenvolvimento econômico e social local e regional. A CPFL Energias Renováveis S.A. é uma empresa produtora independente de energia, com foco exclusivo no mercado brasileiro de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, através do desenvolvimento, construção e operação de um portfólio de usinas de pequeno e médio porte. **Organograma Societário:** Abaixo a demonstração da composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016:



**Ambientes de Comercialização de Energia:** A demanda por energia elétrica varia em função do desempenho dos demais setores produtivos do País, que por sua vez, estão relacionados a atividade econômica no Brasil. Os projetos da Companhia que estão em construção ou em operação já possuem contratos de venda de energia de longo prazo. Para os futuros projetos deveremos comercializar a energia gerada com base em uma estratégia de maximização de retornos, selecionando as melhores oportunidades de venda entre a alocação no Ambiente de Contratação Livre (ACL), incluindo os Consumidores Especiais e os Consumidores Livres, e no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), através de leilões de energia. A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos parques eólicos e das usinas termelétricas movidas à biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características: - A sazonalidade média dos ventos faz com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração no 1º semestre; - A saída da cana-de-açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior; - Dado que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas e de algumas usinas de biomassa segue a geração efetiva dessas usinas, observa-se que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo para esses ativos; - O período de chuvas favorece a geração das PCHs das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração de energia no 2º e 3º trimestres. Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada "Tarifa de Energia de Otimização" - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não grem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas ratificam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças - PLD, este efeito é definido como GSF ("Generation Scaling Factor"). Em 31 de dezembro de 2016, quatro usinas da Companhia não faziam parte do MRE: Pirajó, Socorro e Três Saltos. **Reputação do risco hidrológico (GSF):** Desde o final de 2013, a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE tem sido inferior ao total de suas garantias físicas, provocando custos decorrentes de GSF inferior a 1 (um). A ANEEL discutiu o tema por meio da Audiência Pública nº 32 (AP 32/2015), com vistas a obter subsídios e informações adicionais para a discussão conceitual do GSF. Diversos agentes e associações do setor contribuíram, apresentando propostas de estruturação e mitigação do risco do GSF. Como resultado das negociações que aconteceram ao longo de 2015, a ANEEL criou uma metodologia para permitir que os geradores troquem o risco de não conseguirem gerar o equivalente às suas garantias físicas por um "bônus de risco" a ser calculado para cada usina. Concomitante ao andamento da AP 32/2015, foi publicada, em agosto de 2015, a MP 688, que dispõe sobre os critérios de reputação do risco hidrológico (GSF). A Lei 13.203/2015, sancionada e publicada em dezembro de 2015, foi regulamentada por meio da Portaria ANEEL nº 1.000/2015. Os critérios hidrológicos reafirmaram o risco de seus contratos decorrentes dos anos de baixa hidrológica. Dessa forma, a ANEEL - por meio dos despachos nº 4.122 de 24 de dezembro de 2015 e nº 4.132 de 28 de dezembro de 2015 - concedeu anuidade à reputação do risco hidrológico (GSF) das seguintes usinas da CPFL Renováveis: PCH Arvoredo, PCH Salto Góes, PCH Varigina, PCH Santa Luzia, PCH Plano Alto, PCH Alto Irani, PCH Coacis Grande, PCH Figueirópolis e PCH Lueda. Em 31 de dezembro de 2016, o montante representado corresponde a 91,3 MW médios de garantia física (38,8% do portfólio total de PCHs) e o produto de adesão foi o SP100\*\*, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Garantia Física (MW médios*)	MW médios reputados	Produto**
<b>PCH</b>			
Arvoredo	7,4	7,0	SP100
Salto Góes	11,1	11,1	SP100
Varigina	5,4	4,0	SP100
Santa Luzia	18,4	14,0	SP100
Plano Alto	9,3	9,3	SP100
Alto Irani	12,4	12,4	SP100
Coacis Grande	4,6	4,6	SP100
Figueirópolis	12,6	12,2	SP100
Lueda	21,2	16,7	SP100
<b>Total</b>	<b>102,4</b>	<b>91,3</b>	

\* Valores de garantia física conforme Portaria ANEEL nº 30, \*\* SP 100 é o produto no qual o gerador transfere o risco hidrológico (GSF) a energia secundária para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, conforme especificado na REN 684/2015. Esse termo significa que a Companhia reputou 100% do risco hidrológico (GSF) das usinas no ACR ao preço R\$ 9,50/MWh. Os geradores que aderiram à reputação do risco hidrológico (GSF) das usinas tiveram que cancelar processos judiciais em curso e o passivo de GSF de maio a dezembro de 2015, e assim, passar a ter direito ao ressarcimento do GSF de 2015 líquido do prêmio pactuado, reconhecendo este montante como receita para as suas participações no PROINFA e como redutor de custo para os outros ativos do mercado regulado. Com relação às usinas no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), a Companhia decidiu pela não adesão à proposta de reputação do risco hidrológico (GSF), conforme estabelecido na Lei nº 13.203/2015 e Resolução ANEEL nº 684/2015. A garantia física no mercado livre é de 14,5 MW (equivalente a 60,1% do portfólio das PCHs em operação). Na Companhia, o impacto da reputação do risco hidrológico foi de R\$ 26,2 milhões. R\$ 15,6 milhões contabilizado no resultado como receita líquida, e R\$ 10,6 milhões como redutor no custo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 5,0 milhões, referente à amortização do prêmio do risco hidrológico reputado, sendo R\$ 2,4 MM contabilizado como custo de geração de energia e R\$ 3,6 MM como custo de receita, referente aos contratos do PROINFA. **Liminar sobre a revisão da garantia física:** A CPFL Renováveis, por meio da ABRADEL (Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa), obteve decisão liminar que suspende os efeitos das Portarias subsequentes à Portaria 463/2009, referentes à revisão de garantia física de PCHs, restabelecendo os valores originais e impedindo novas revisões até que os pleitos dos geradores sejam discutidos entre os agentes. Enquanto isso, a CCEE deverá considerar os valores originais estabelecidos para as PCHs incluídas na ação, nos processos de contabilização e de liquidação posteriores à decisão da liminar. **Portfólio em Operação:** A CPFL Renováveis tem como vantagem competitiva a diversificação de seu portfólio que, no final de 2016, contava com 91 ativos localizados em 57 municípios brasileiros. Para atender a esse portfólio a Companhia conta com uma plataforma robusta e altamente escalável. Ao final de 2016, a capacidade da Companhia estava distribuída da seguinte forma:

Fonte	Capacidade em operação (MW)	Número de ativos	% do portfólio
Eólica	1.260,3	43	61,3%
PCH	423,1	39	20,6%
Biomassa	370,0	8	18,0%
Solar	1,1	1	0,1%
<b>Total em operação</b>	<b>2.054,5</b>	<b>91</b>	<b>100,0%</b>

**Desempenho econômico-financeiro:** Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas.

**Demostriativo de Resultados**

	2016	2015	2016 versus 2015
Receita líquida	1.646.588	1.499.356	9,8%
Custo de geração de energia elétrica	(460.709)	(406.980)	13,2%
Depreciação e amortização	(395.372)	(379.989)	4,0%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>790.507</b>	<b>712.387</b>	<b>11,0%</b>
Despesas gerais e administrativas	(192.750)	(91.027)	111,8%
Amortização do direito de exploração	(152.471)	(157.308)	-3,1%
Depreciação e amortização	(5.326)	(3.280)	62,4%
<b>Lucro operacional</b>	<b>439.960</b>	<b>460.772</b>	<b>-4,5%</b>
Resultado financeiro	(537.356)	(460.268)	16,7%
IR e CS	(46.310)	(49.221)	-5,9%
<b>Resultado líquido</b>	<b>(143.706)</b>	<b>(48.717)</b>	<b>195,0%</b>
<b>Ebitda</b>	<b>993.129</b>	<b>1.001.350</b>	<b>-0,8%</b>
Margem Ebitda	60,3%	66,8%	-6,5 p.p.
Ebitda ajustado <sup>1</sup>	1.084.542	1.074.913	0,9 p.p.
Margem Ebitda ajustado	65,9%	71,7%	-5,8 p.p.

<sup>1</sup> Exclui os itens extraordinários ligados à condição hidrológica e eventuais ocorrências relevantes nos ativos da Companhia. A variação do resultado de 2016 em relação a 2015 foi influenciada pelo aumento na receita líquida principalmente em função de novas capacidades em operação, pelos maiores custos com geração de energia por conta basicamente do crescimento do portfólio e do aumento das despesas gerais e administrativas devido principalmente à baixa de ativos ocorrida no último trimestre de 2016. Já o resultado líquido foi impactado pelo aumento das despesas financeiras devido ao aumento das taxas de juros e pela entrada em operação de novos parques:

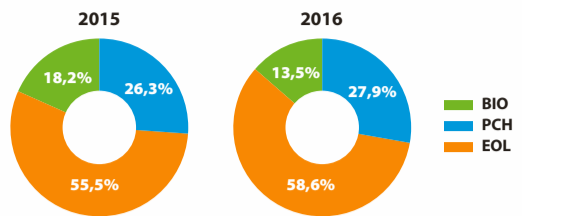
**Balancos Patrimoniais Levantados em 31/12/2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R\$)**

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	401.190	31.085	908.982	871.503
Aplicações financeiras	6.1	-	-	85.029	23.190
Títulos e valores mobiliários	6.2	-	-	449	443
Dividendos a receber	11	71.168	77.728	-	-
Contas a receber de clientes	7	10.781	20.440	273.373	229.326
Adiantamentos a fornecedores		53	66	6.312	10.666
Impostos a recuperar	8	4.296	6.285	70.499	75.461
Outros créditos		11.913	6.693	54.153	85.830
Total do ativo circulante		499.401	142.297	1.398.797	1.296.419
<b>Não Circulante</b>					
Depósitos judiciais	20	241	235	12.112	14.578
Aplicações financeiras vinculadas	6.3	-	-	476.377	373.386
Outros créditos	9	-	-	66.004	79.520
Impostos diferidos	25.2	-	-	260	1.422
Impostos a recuperar	8	-	-	9.205	5.618
Empréstimos a receber	10	6.100	6.322	9.067	7.680
Investimentos	11	7.054.960	6.470.023	-	-
Imobilizado	12	20.025	16.553	7.466.547	6.888.333
Intangível	13	8.281	8.892	3.026.156	3.237.146
Total do ativo não circulante		7.089.607	6.503.025	11.066.088	10.607.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Relatório da Administração**

**Composição da receita líquida por fonte**



<sup>1</sup> A participação da fonte solar foi de 0,02% em 2016 e de 0,02% em 2015. Em 2016, a receita líquida atingiu R\$ 1.646,6 milhão, crescimento de 9,8% quando comparado ao ano de 2015 (+R\$ 147,2 milhões). Essa variação pode ser explicada principalmente pelos seguintes fatores: (i) Maior volume de energia gerada nas eólicas decorrente da maior velocidade dos ventos e reajuste de preço dos contratos no último trimestre de 2016 (+R\$ 86,1 milhões); (ii) Entrada em operação comercial e geração em leilão dos parques que compõem os complexos eólicos Campo dos Ventos e São Benedito (+R\$ 55,1 milhões); (iii) Maior receita nas PCHs em função do reajuste de preço dos contratos (+R\$ 27,0 milhões) e menor GSF no período (+R\$ 25,3 milhões); (iv) Entrada em operação comercial da PCH Mata Velha, em abril de 2016 (+R\$ 14,6 milhões); e (v) Menor receita das biomassas em 2016, pois em Bio Alvorada e Bio Coopocana, houve a necessidade de compra de energia para atendimento de média móvel no primeiro trimestre de 2015 (-R\$ 48,2 milhões). A variação também foi impactada pela reputação do risco hidrológico (GSF) das usinas que atendem aos contratos do Plano no valor de R\$ 15,6 milhões.

**Custo de geração de energia**

(R\$ mil)	2016	2015	2016 versus 2015
Custo de compra de energia	(182.161)	(181.447)	0,4%
Amortização de prêmio do risco hidrológico - GSF	(2.359)	-	N/A
Encargos de uso de sistema	(89.964)	(78.645)	14,4%
<b>PMSO<sup>(1)</sup></b>	<b>(186.225)</b>	<b>(146.888)</b>	<b>26,8%</b>
<b>Custo de geração de energia elétrica</b>	<b>(460.709)</b>	<b>(406.980)</b>	<b>13,2%</b>
Depreciação e amortização	(395.372)	(379.989)	4,0%
<b>Total dos custos com geração de energia elétrica + depreciação e amortização</b>	<b>(856.081)</b>	<b>(786.969)</b>	<b>8,8%</b>

<sup>1</sup> Pessoal, material, serviços de terceiros e outros. Em 2016, os custos de geração de energia totalizaram R\$ 856,1 milhões, representando um aumento de 8,8% na comparação com 2015 (-R\$ 69,1 milhões). **Custo de compra de energia:** Em 2016, o custo de compra de energia totalizou R\$ 182,2 milhões (estável em relação ao 2015 (R\$ 181,4 milhões)). O custo com compra de energia em 2016 deve-se, basicamente, aos seguintes fatores: (i) Reconhecimento de indenização devida de R\$ 56,2 milhões, de acordo com condições contratuais, dos Complexos Campo dos Ventos e São Benedito; (ii) Reconhecimento de R\$ 20,0 milhões referentes às apurações anual e quadrienal (findas em dezembro de 2016) dos contratos de venda de energia dos complexos eólicos Santa Clara, Atlântica e Morro dos Ventos. Cabe ressaltar que a geração foi impactada por eventos climatológicos, como o El Niño, que ocasionaram a redução da velocidade dos ventos na região desses parques; e (iii) Compra de energia para atender exposição no mercado de curto prazo e hedge no valor de R\$ 25,5 milhões. Já em 2015, ocorreram os seguintes fatores: (i) maiores gastos com a aplicação do GSF de R\$ 78,2 milhões versus R\$ 10,1 milhões em 2016; (ii) reputação do risco hidrológico (GSF) para usinas contratadas no mercado regulado no valor positivo de R\$ 10,6 milhões; e (iii) compra de energia para atender a média móvel das usinas de biomassa Bio Coopocana e Bio Alvorada no valor de R\$ 48,8 milhões. **Encargos de uso de sistema:** O custo com encargos de uso de sistema teve um aumento de 14,4% em 2016, devido basicamente à entrada em operação dos ativos ao longo dos últimos 12 meses e reajuste anual dos encargos. **PMSO:** Em 2016, o custo com PMSO totalizou R\$ 186,2 milhões, aumento de 26,8% em relação a 2015 (-R\$ 39,3 milhões). Tais variações são explicadas principalmente pelos seguintes fatores: (i) Crescimento do portfólio em operação e maior geração no período; (ii) Reajuste de contratos com fornecedores de O&M de parques eólicos, fim do período de carência parcial dos primeiros anos de operação; e (iii) Reconhecimento de indenização por indisponibilidade de fornecedor de R\$ 6,0 milhões no último trimestre de 2015.

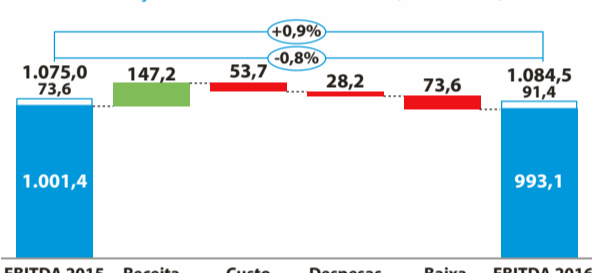
**Depreciação e Amortização:** O custo com depreciação e amortização teve um aumento de 4,0% em 2016, devido basicamente à entrada em operação dos ativos ao longo dos últimos 12 meses.

**Despesas gerais e administrativas**

(R\$ mil)	2016	2015	2016 versus 2015
Despesas com pessoal	(64.510)	(52.941)	21,9%
Serviços de terceiros <sup>1</sup>	(39.136)	(47.018)	-19,6%
Outros	(89.104)	8.932	-1097,6%
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>(192.750)</b>	<b>(91.027)</b>	<b>111,8%</b>
Depreciação e amortização	(5.326)	(3.280)	62,4%
Amortização do direito de exploração	(152.471)	(157.308)	-3,1%
<b>Total das despesas gerais e administrativas + depreciação e amortização</b>	<b>(350.547)</b>	<b>(251.615)</b>	<b>39,3%</b>

<sup>1</sup> Considera despesas de ocupação, material e serviços profissionais. Em 2016, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 350,5 milhões em 2016, aumento de 39,3% (+R\$ 98,9 milhões) em relação a 2015. As principais variações, estão relacionadas aos seguintes itens não recorrentes ocorridos no último trimestre de 2016: (i) Baixa de imobilizados e intangíveis no valor de R\$ 33,1 milhões em projetos eólicos que não foram desenvolvidos, pois em função da mudança de fornecedor nos complexos eólicos Campos dos Ventos e São Benedito, o projeto foi redesignado e duas SPE's não precisaram ser utilizadas e também em função de inventário físico; e (ii) Provisão para baixa de ativo de projeto de PCH no montante de R\$ 40,4 milhões, pois aguardamos decisão da ANEEL de prorrogação do prazo da autorização. A variação também foi impactada pelos seguintes itens não recorrentes ocorridos em 2015: (i) Reconhecimento do seguro contra danos materiais e baixa de imobilizado referente à turbina sinistrada de Bio Pedra, gerando um valor positivo de R\$ 9,7 milhões em 2015; e (ii) Reversão da provisão no valor de R\$ 3,4 milhões relativa à descontinuidade de projeto de PCH. **Ebitda:** Em 2016, o Ebitda totalizou R\$ 993,1 milhões, estável em relação ao ano de 2016 (R\$ 1.001,4 milhão). Tal resultado se deve à maior receita líquida (+14,7%), resultante principalmente do maior volume de energia gerada nas eólicas e à entrada em operação de novos ativos. O aumento da receita líquida foi compensado principalmente pelas baixas e provisão para baixa de ativos no valor de R\$ 73,6 milhões registradas no último trimestre de 2016. Além dos efeitos mencionados, a redução do Ebitda também se deve ao aumento de R\$ 66,6 milhões do custo de geração de energia elétrica, influenciado principalmente pelo aumento da rubrica de compra de energia.

**Evolução do EBITDA - 2016 X 2015 (R\$ milhões)**



Os ajustes no Ebitda da Companhia consideram itens extraordinários ligados à condição hidrológica (GSF e PCH fora do MRE) e eventuais ocorrências relevantes nos ativos da Companhia. Em 2016, desconsiderando os itens extraordinários, a Companhia apresentaria Ebitda de R\$ 1.084,5 milhão, com margem de 65,9% ante um Ebitda ajustado de R\$ 1.074,9 milhão em 2015, com margem de 71,7%. Os ajustes relacionados aos itens extraordinários que afetaram o Ebitda da Companhia estão descritos na tabela abaixo:

(R\$ mil)	2016	2015	2016 versus 2015
<b>Ebitda</b>	<b>993.129</b>	<b>1.001.350</b>	<b>-0,8%</b>
Itens ajustados	91.413	73.563	24,3%
Baixa de ativos	73.567	-	N/A
Contingência	7.491	-	N/A
GSF receita	330	25.575	N/A
GSF custo	10.025	78.168	N/A
Reputação GSF - Receita	-	(15.640)	N/A
Reputação GSF - Custo	-	(10.610)	N/A
Outros	-	(3.931)	N/A
<b>Ebitda ajustado</b>	<b>1.084.542</b>	<b>1.074.913</b>	<b>0,9%</b>

**Resultado Financeiro**

(R\$ mil)	2016	2015	2016 versus 2015
Receitas financeiras	133.649	139.080	-3,9%
Despesas financeiras	(671.005)	(599.348)	12,0%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(537.356)</b>	<b>(460.268)</b>	<b>16,7%</b>

Em 2016, o resultado financeiro ficou negativo em R\$ 537,4 milhões, aumento de 16,7% (-R\$ 77,1 milhões) em relação a 2015. **Receitas financeiras:** Em 31 de dezembro de 2016, as disponibilidades e aplicações financeiras da CPFL Renováveis somavam R\$ 1.471,2 milhão ante R\$ 1.268,5 milhão em 31 de dezembro de 2015. Essa variação deve-se principalmente aos seguintes fatores: (i) novas capacidades no período; (ii) recebimento de adiantamento de futuro aumento de capital de acionista, sendo parcialmente compensada (iii) pelos investimentos realizados nos projetos em andamento; e (iv) pelas amortizações e custos dos empréstimos. **Despesas financeiras:** Em 2016, as despesas financeiras totalizaram R\$ 671,0 milhões, 12,0% superior às de 2015 (R\$ 71,7 milhões). As variações são explicadas pelos seguintes fatores:

(i) Aumento do CDI médio entre os períodos: 14,06% a.a. em 2016 versus 13,36% a.a. em 2015; (ii) Aumento da TJP entre os períodos: 7,5% a.a. em 2016 versus 6,25% a.a. em 2015; e (iii) Adição de novas capacidades, pois com a entrada em operação comercial os custos dos financiamentos deixam de ser capitalizados. O acelerado crescimento do portfólio de ativos da Companhia é naturalmente associado a dívidas de longo



	Controladora				Consolidado				Movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31/12/2016 e de 2015 - controladora:	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2016	
	Ativo	Passivo	Resultado		Ativo	Passivo	Resultado						
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	Saldo em 31/12/2016	Aumento de capital	Amortização de juros	Transferência de investimento	Reestrutura societária
Atlântica V	26	25	322	267	-	-	3	-	Alto Irani	30.097	-	-	-
Barra da Paciência	116	-	269	234	-	-	75.371	7.273	Atlântica I	49.433	-	-	-
Bio Alvorada	2	-	12	-	-	-	1.017	-	Atlântica II	49.452	88	-	-
Bio Buri	3	-	6	-	-	-	685	158	Atlântica IV	57.585	3.357	-	-
Bio Coopcana	109	-	12	-	-	-	1.704	1.343	Atlântica V	66.736	4.913	-	-
Bio Energia	3	8	98	100	-	-	1.269	-	Baixa Verde	114.599	4.289	-	-
Bio Esler	3	-	6	-	-	-	462	(59)	Bio Alvorada	138.441	-	-	-
Bio Formosa	6	-	6	-	-	-	27	-	Bio Buri	58.502	17.845	-	-
Bio Ipê	3	-	6	-	-	-	83.647	8.905	Bio Coopcana	29.239	-	-	-
Bio Pedra	6	-	6	-	-	-	-	-	Bio Energia	55.226	22.153	-	-
Bio Vista II	3	-	6	-	-	-	-	-	Bio Esler	87.922	22	-	-
Bons Ventos I	89	-	2.846	2.376	-	-	-	-	Bio Alvorada	17.478	-	-	-
Bons Ventos II	31	50	781	393	-	-	-	-	Bio Vista II	29.484	745	(60)	-
Bons Ventos III	562	-	66	32	-	-	-	-	Bio Pedra	212.956	-	-	-
Bons Ventos IV	31	-	66	32	-	-	-	-	Boa Vista 2	2.959	141.600	-	-
Bons Ventos V	753	316	66	32	-	-	-	-	Cachoeira Grande	6.649	-	-	-
Bons Ventos VI	50	-	50	32	-	-	-	-	Cajueiro	4.776	-	-	-
Chimay	131	-	66	32	-	-	-	-	Campos dos Ventos I	13.408	-	-	(13.457)
Cocais Grande	24	-	863	802	-	-	-	-	Campos dos Ventos II	13.503	-	-	(13.519)
Corrente Grande	154	-	246	201	-	-	-	-	Campos dos Ventos III	21	18	-	(10)
Costa Branca	24	30	379	317	-	-	-	-	Campos dos Ventos IV	12.800	-	-	(12.577)
Dobrevê	60	138	195	152	-	-	-	-	Costa das Dunas	810	-	-	-
Eólica Formosa	39	-	502	541	-	-	-	-	Dobrevê Energia	761.551	59.101	-	-
Eólica Icarazinho	29	-	746	705	-	-	-	-	Eólica Holding	134.209	-	-	-
Eólica Paracuru	57	-	440	440	-	-	-	-	Eurus V	15	-	-	-
Eurus I	112	271	385	355	-	-	-	-	Eurus VI	37.772	-	(23)	-
Eurus II	112	225	385	357	-	-	-	-	Farol de Touro	298	-	-	-
Eurus III	31	-	563	343	-	-	-	-	Figueira Branca	1.42	10	-	-
Eurus IV	15	-	32	-	-	-	-	-	Gamelaire	1.080	-	-	-
Eurus V	25	-	32	-	-	-	-	-	Navaganies	437.153	127	(38)	-
Juremas	31	30	378	407	-	-	-	-	PCH Holding 2	-	91.158	(44.801)	-
Ludesa	20	-	44	-	-	-	-	-	PCH Participações	280.620	-	-	-
Macacos	31	-	39	407	-	-	-	-	Pedra Cheirosa I	11.503	10.668	-	-
Mata Velha	56	1.363	57	-	-	-	-	-	Pedra Cheirosa II	10.628	9.778	-	-
Mohini	34	-	514	468	-	-	-	-	Penedo	1.818	-	-	-
Morro dos Ventos I	539	153	387	388	-	-	-	-	Piano Alto	19.942	-	-	-
Morro dos Ventos II	101	30	383	340	-	-	-	-	Rosa dos Ventos	31.983	-	-	-
Morro dos Ventos III	729	271	387	388	-	-	-	-	Salto Góes	92.790	-	-	-
Morro dos Ventos IV	657	343	387	388	-	-	-	-	Santa Clara I	146.656	(238)	-	-
Morro dos Ventos V	857	271	387	354	-	-	-	-	Santa Clara II	133.507	(185)	-	-
Morro dos Ventos VI	386	30	387	354	-	-	-	-	Santa Clara III	134.850	(215)	-	-
Ninho da Águia	24	8	145	206	-	-	-	-	Santa Clara IV	137.578	100	(137)	-
Novo Horizonte	17	-	38	-	-	-	-	-	Santa Clara V	137.713	(111)	-	-
Paol	24	-	33	301	-	-	-	-	Santa Cruz	5.806	-	-	-
Pedra Cheirosa I	-	124	-	-	-	-	-	-	Santa Mônica	14.534	-	-	(14.454)
Pedra Preta	31	30	379	407	-	-	-	-	Santa Ursula	13.467	-	-	(13.436)
Plano Alto	22	32	242	201	-	-	-	-	São Benedito	14.011	-	-	(13.964)
Rosa dos Ventos	34	-	513	555	-	-	-	-	São Domingos	13.531	-	-	(13.703)
Salto Góes	21	-	232	201	-	-	-	-	SIIF Desenvolvimento	53	-	-	-
Santa Clara I	31	-	784	531	-	-	-	-	SIIF Energias	242.402	-	-	-
Santa Clara II	31	96	784	519	-	-	-	-	Solar	2.898	-	-	-
Santa Clara III	31	50	784	515	-	-	-	-	T-15	272.936	24.970	-	-
Santa Clara IV	31	96	784	484	-	-	-	-	Tombo	937	-	-	-
Santa Clara V	31	50	784	484	-	-	-	-	Turbina 16	18	1.537	-	121.185
Santa Clara VI	31	17	232	232	-	-	-	-	Turbina 17	16	-	-	-
Santa Lucia	478	-	24	-	-	-	-	-	Ventos de Santo Dimas	14.559	-	-	(14.537)
Santa Mônica	446	-	24	-	-	-	-	-	Ventos de São Martinho	11.420	-	-	(11.518)
São Benedito	325	-	29	-	-	-	-	-	Subtotal do investimento	4.287.109	265.039	(1.364)	(44.839)
São Domingos	1.099	542	29	-	-	-	-	-	Navaganies	381	-	-	-
São Gonçalo	26	-	376	401	-	-	-	-	PCH Holding 2 *	(44.801)	-	-	-
SIIF Cinco	28	-	519	595	-	-	-	-	Total do investimento	4.242.270	265.039	(1.364)	-
SIIF Energias	26	-	28	-	-	-	-	-					
Sul Centrais Elétricas	37	-	576	535	-	-	-	-					
Solar 1	12	-	-	-	-	-	-	-					
T-15	12	-	-	-	-	-	-	-					
Varginha	24	17	238	201	-	-	-	-					
Várzea Alegre	24	-	153	100	-	-	-	-					
Ventos de Santo Dimas	358	-	59	-	-	-	-	-					
Ventos de São Martinho	792	238	242	201	-	-	-	-					
Subtotal	9.930	5.242	23.979	20.093	-	-	-	-					
Total circulante	414.892	54.767	46.379	89.403	-	-	-	-					

(a) Valores a receber de empresas ligadas: referem-se à capitalização de mão de obra, capitalização de PLR, ratos de despesas de fiança bancária e ratos de despesas de operação e manutenção registradas na rubrica "Outros créditos" no ativo circulante. Parte do pessoal da CPFL Renováveis é alocado para a operação e manutenção das usinas e o valor é cobrado das controladas por meio de rateio de despesas, conforme acordado entre as partes. (b) Mito realizado entre a CPFL Renováveis e a controlada indireta Figueirópolis, com remuneração de T.J.P.+2% ao ano para a aquisição antecipada de empréstimo. Em setembro de 2016, houve o pagamento integral do contrato. (c) Mito realizado entre a CPFL Renováveis e a controlada indireta CPFL Sul Centrais, com taxa de juros de 8% ao ano para a aquisição antecipada de empréstimo com o BNDES. Em janeiro de 2016, houve o pagamento integral do contrato. (d) Valores a receber de sócios não controladores que celebraram contratos de mútuo, visando à concessão de financiamento, para que o acionista não controlador pudesse integralizar sua parcela de capital subscrito nas controladas (em decorrência dos aumentos de capital pela CPFL Renováveis), evitando que sua participação acionária fosse diluída. Os contratos foram assinados em 2012 e renovados anualmente, até 2014. Em 2015 foi realizado um novo contrato, no mesmo, utilizando fórmulas paramétricas de cálculo e concessão de Unidades Virtuais de Valor (UVV). O Plano não contempla a distribuição de ações aos executivos e não somente as utiliza para fins de monitoramento das expectativas estabelecidas no Plano Estratégico de Longo Prazo da Companhia, também aprovado pelo Conselho de Administração. O plano vigente tem duração de 2014 a 2020 e prevê as saídas relativas a 2014, 2015 e 2016. O prazo de vigência é de 6 anos, com carência de dois anos para a primeira conversão de cada outorga anual. O prazo de conversão de cada outorga é gradual, em até 5 anos e 3 conversões (33/33/34%). O Programa prevê realização parcial, de acordo com a relação entre a valorização esperada e efetivamente apurada, de acordo com a expectativa do Plano Estratégico, havendo ganho de resultado mínimo esperado, bem como atingimento superior ao inicialmente projetado, limitado a 150%.

	Controladora				Consolidado			
	Ativo	Passivo	Resultado		Ativo	Passivo	Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Emprestimos a receber	-	-	4	-	-	-	-	-
Figueirópolis (b)	-	-	4	-	-	-	-	-
Sul Centrais (c)	-	1.093	5	215	-	-	-	-
Sócios não controladores (d)	6.100	5.229	854	914	-	-	-	-
Subtotal	6.100	6.322	863	1.129	-	-	-	-
Total não circulante	6.100	6.322	863	1.129	-	-	-	-

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2016, o montante de R\$13.087, para a remuneração global anual da Administração da Companhia referente ao exercício de 2016. A Companhia e suas controladas não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da Alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. (a) Programa de Incentivo a Longo Prazo: Referem-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos, que consiste na premiação em recursos financeiros, tendo como fundamentação o comportamento das ações da Companhia no mercado e uma expectativa de valorização, bem como os resultados da mesma, utilizando fórmulas paramétricas de cálculo e concessão de Unidades Virtuais de Valor (UVV). O Plano não contempla a distribuição de ações aos executivos e não somente as utiliza para fins de monitoramento das expectativas estabelecidas no Plano Estratégico de Longo Prazo da Companhia, também aprovado pelo Conselho de Administração. O plano vigente tem duração de 2014 a 2020 e prevê as saídas relativas a 2014, 2015 e 2016. O prazo de vigência é de 6 anos, com carência de dois anos para a primeira conversão de cada outorga anual. O prazo de conversão de cada outorga é gradual, em até 5 anos e 3 conversões (33/33/34%). O Programa prevê realização parcial, de acordo com a relação entre a valorização esperada e efetivamente apurada, de acordo com a expectativa do Plano Estratégico, havendo ganho de resultado mínimo esperado, bem como atingimento superior ao inicialmente projetado, limitado a 150%.

	Controladora				Consolidado			
	Ativo	Passivo	Resultado		Ativo	Passivo	Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Emprestimos com controladas (e)	-	65.417	4.829	(5.461)	(357)	-	-	-
Alto Irani	-	7.016	6.398	(618)	(520)	-	-	-
Anoredo	-	2.713	3.551	(261)	(274)	-	-	-
Barra da Paciência	-	27.132	17.800	(1.805)	(490)	-	-	-
Bio Buri	-	-	1.618	(16)	(144)	-	-	-
Bio Formosa	-	16.877	13.712	(1.355)	(965)	-	-	-
Bio Ipê	-	45.462	28.212	(3.255)	(2.037)	-	-	-
Bio Pedra	-	64.418	58.740	(5.676)	(4.140)	-	-	-
Bons Ventos I	-	-	-	-	(111)	-	-	-
Bons Ventos II	-	-	-	-	(24)	-	-	-
Bons Ventos III	-	-	-	-	(132)	-	-	-
Bons Ventos IV	-	-	-	-	(1.154)	-	-	-
Chimay	-	61.099	31.218	(4.362)	(1.542)	-	-	-
Cocais Grande	-	5.208	4.749	(459)	(367)	-	-	-
Corrente Grande	-	-	306	(4)	(141)	-	-	-
Eólica Formosa	-	78.323	30.381	(4.657)	(2.190)	-	-	-
Eólica Icarazinho	-	78.236	51.979	(5.831)	(3.161)	-	-	-
Eólica Paracuru	-	38.814	25.142	(2.849)	(1.912)	-	-	-
Eurus VI	-	11.037	8.411	(894)	(433)	-	-	-
Figueirópolis	-	62.212	-	(1.472)	-	-	-	-
Jaydiya								







Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das

constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo 09 de março de 2017



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

**José Luiz Ribeiro de Carvalho**  
Contador CRC 1SP141128/O-2